

PESQUISA/PÓS-GRADUAÇÃO - PESQUISA/ PÓS-GRADUAÇÃO

**A TRÍPLICE FRONTEIRA BOLÍVIA-BRASIL-PARAGUAI COMO CORREDOR
ESTRATÉGICO DO NARCOTRÁFICO: DESAFIOS PARA A SEGURANÇA E
A COESÃO SOCIAL**

María Del Pilar Serrate (serratepili@gmail.com)

Este trabalho analisa o impacto do narcotráfico na segurança e estabilidade social de populações vulneráveis situadas na tríplice fronteira entre Bolívia, Brasil e Paraguai, com enfoque especial em comunidades indígenas, camponesas e migrantes. O objetivo central é compreender como as dinâmicas da criminalidade organizada, somadas à fragilidade institucional e à ausência de políticas públicas efetivas, configuram um cenário de alta vulnerabilidade social e econômica. A metodologia adotada combina revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso com base em relatórios oficiais, dados estatísticos e literatura acadêmica recente. O desenvolvimento da pesquisa revela que a porosidade geográfica e a complexa hidrografia da região constituem recursos estratégicos para as organizações narcotraficantes, que operam por meio de redes transnacionais que articulam produção, transporte e distribuição de drogas para mercados de alto consumo, especialmente na Europa e na América do Norte. Essas redes aproveitam a limitada presença estatal para estabelecer “zonas liberadas” onde impõem uma ordem social paralela baseada em violência seletiva, cooptação e assistencialismo, consolidando sua legitimidade perante setores da população marginalizados pelo Estado. No Brasil, analisam-se programas como o Plano Estratégico de Fronteiras e o SISFRON, que, embora incorporem tecnologias de vigilância e

presença militar, priorizam áreas de maior interesse econômico, deixando regiões como o Pantanal com coberturas irregulares. No Paraguai, o Plano Estratégico “Seguridad para el Desarrollo 2023–2028” identifica o crime organizado como ameaça prioritária, mas enfrenta severas limitações orçamentárias, fragmentação institucional e desconfiança cidadã em relação às forças de segurança. Na Bolívia, as operações conjuntas entre a Polícia Nacional e a UMOPAR continuam sendo reativas e localizadas, com déficits de infraestrutura em pontos estratégicos e baixo controle fluvial. Os resultados evidenciam que, nesta tríplice fronteira, o narcotráfico não é apenas um negócio ilícito, mas um ator político e social que incide diretamente no cotidiano, determinando regras, relações de poder e oportunidades econômicas. Consta-se que as comunidades locais são, ao mesmo tempo, vítimas e participantes forçadas dessas redes, seja como mão de obra barata, intermediárias logísticas ou beneficiárias de serviços básicos fornecidos pelos grupos criminosos. Essa dupla condição reproduz um círculo de dependência e vulnerabilidade difícil de romper sem uma intervenção estatal sustentada e coordenada entre os três países. A pesquisa conclui que a ausência de políticas públicas integrais, a escassa cooperação transfronteiriça e a falta de estratégias de desenvolvimento social inclusivo permitiram que o narcotráfico se consolidasse como uma forma de governança criminal que substitui o Estado em vastas áreas. Ressalta-se a urgência de elaborar ações coordenadas que combinem controle territorial, combate financeiro às redes ilícitas e fortalecimento das capacidades institucionais locais, integrando as comunidades na construção de soluções sustentáveis que reduzam sua dependência do poder criminal e restabeleçam a presença legítima do Estado.

Palavras-chave: tríplice fronteira; narcotráfico; segurança transfronteiriça.